

PREGÃO ELETRÔNICO

90.005/2026

**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal
(170018)**

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal e do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, bem como do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para as unidades citadas, conforme ETP nº 170018-000028-2025.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 181.454,39

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/04/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	<i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	11
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9.	DO TERMO DE CONTRATO	14
10.	DOS RECURSOS	15
11.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026
(Processo Administrativo nº 10265.408074/2025-08)

Torna-se público que o(a) Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, por meio do(a) DIPOL01, sediado(a) SAUS Quadra 3 Bloco O, Sala 601, Ed. Órgãos Regionais, bairro Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70079-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal e do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, bem como do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para as unidades citadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formado por três itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 *sociedades cooperativas*;
- 2.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.11 *peçoas jurídicas reunidas em consórcio*;
- 2.7.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 4.4.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

- 4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1 *valor total de cada item.*
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
 - 5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$5,00 (cinco reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.20.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.21.2 empresas brasileiras;
 - 6.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 SICAF;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf e Cadin, nos documentos por ele abrangidos.
 - 8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
 - 8.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:
- 8.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja

assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/rfb/unidades-federativas-uf/df/srrf01-uasg-170018>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 11.1.6 fraudar a licitação;
 - 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1 advertência;
 - 11.2.2 multa;
 - 11.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 1,5% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 19% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: erlicitacaocompras.rf01@rfb.gov.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/rfb/unidades-federativas-uf/df/srrf01-uasg-170018>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.11.2 *Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;*
 - 13.11.3 *Anexo III – Modelo de Apresentação de Proposta;*
 - 13.11.3.1. Anexo III-A – Planilhas de Custos e Formação de Preços;
 - 13.11.4 *Anexo IV – Modelo de Termo de Confidencialidade para Prestação de Serviços;*
 - 13.11.5 *Anexo V – IMR*
 - 13.11.6 *Anexo VI – Plano de Execução Inicial – Pré-PMOC*
 - 13.11.7 *Anexo VII - Quadro Operacional de Medição e Pagamento*

(Datado e assinado digitalmente)

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF

Termo de Referência 41/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2025	170018-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF	TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA	25/11/2025 16:02 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		10265.408074/2025-08

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 10265.408074/2025-08)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal e do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, bem como do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para as unidades citadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (para fins de lançamento no sistema)	VALOR TOTAL PARA 24 MESES
1	1	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER: 2771	Meses	24	R\$ 4.455,99	R\$ 106.943,67
	2	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-	Meses	24	R\$ 552,97	R\$ 13.271,22

		condicionado do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER: 2771				
	3	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER: 2771.	Meses	24	R\$ 2.551,65	R\$ 61.239,49
Valor total G1 para 24 meses						R\$ 181.454,39

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O (s) serviço (s) objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), uma vez que, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo Edital deste certame, por meio de especificações usuais no mercado. Dessa forma, a modalidade de licitação será o pregão. Salienta-se que o nível de especialização e a complexidade do serviço não são alegações hábeis para afastar o enquadramento dos serviços pretendidos como comuns, já que a técnica neles envolvida é conhecida no mercado e sua descrição será feita de forma objetiva no Edital e neste Termo de Referência.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção compromete a continuidade das atividades finalísticas do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os custos de realização de nova contratação.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do(a) assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A necessidade que fundamenta esta contratação, descrita no ETP, está registrada no Plano de Contratações Anual (PCA) da RFB (exercício 2026), conforme cadastro no PNCP, detalhado a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000014/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 08/05/2025
- III) Id do item no PCA: 5

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na Resolução CONAMA nº 340/2003 e na Instrução Normativa IBAMA nº 5 /2018:

4.1.1. Na execução dos serviços, a contratada deverá observar os procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs (CFCs, HCFCs, Halons, CTC, 1,1,1-tricloroetano) e demais refrigerantes, conforme segue:

4.1.1.1. É proibida a liberação intencional de refrigerantes na atmosfera em quaisquer atividades de manutenção (preventiva/corretiva), instalação ou desinstalação;

4.1.1.2. Toda SDO retirada deve ser recolhida com equipamento apropriado e destinada a centros de regeneração e/ou incineração licenciados;

4.1.1.3. É obrigatória a retirada do residual de substâncias controladas das embalagens/cilindros antes da destinação final;

4.1.1.4. As substâncias devem ser acondicionadas em recipientes adequados e identificados, atendendo às normas técnicas aplicáveis; é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis não conformes;

4.1.1.5. Quando a SDO recolhida for CFC-12, os recipientes devem ser enviados a centros regionais de regeneração licenciados ou a centrais de coleta/armazenamento associadas;

4.1.1.6. Embora o R410A não seja SDO, trata-se de gás de efeito estufa: aplica-se a ele a mesma vedação de liberação, com recolhimento, armazenamento adequado e destinação documentada;

4.1.1.7. A contratada deverá utilizar máquina recolhedora, balança e manifold/manômetros sem mercúrio, calibrados, bem como cilindros identificados (tipo de gás, massa, data, nº do serviço), apresentando os comprovantes de destinação quando solicitados.

4.1.1.8. Dar-se-á preferência ao uso de refrigerante regenerado, quando tecnicamente aplicável, sendo vedada a utilização de SDOs em novas instalações no âmbito deste contrato.

4.1.1.9. O pessoal deverá cumprir as NR-6, NR-10 e NR-35, utilizando EPIs/EPCs e procedimentos de segurança para manuseio de gases sob pressão e trabalhos em altura/instalações elétricas.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Para a presente contratação não se vislumbra necessidade de indicação de marcas/modelos. Quando houver menção a marca /modelo em catálogos/tabelas do fabricante será considerada referência técnica, admitindo-se peças/produtos equivalentes que atendam integralmente às especificações e não impliquem perda de desempenho ou de garantia. A equivalência deverá ser comprovada por catálogos oficiais, "part number" compatível, boletim técnico do fabricante ou declaração do responsável técnico (ART/TRT).

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não há vedação prévia de marcas/produtos. Serão aceitos quaisquer fabricantes desde que cumpram as especificações técnicas do objeto, normas aplicáveis (ABNT/INMETRO quando couber) e requisitos ambientais definidos no edital/Termo de Referência, bem como compatibilidade plena com os equipamentos existentes. Fica vedado o uso de componentes reconicionados/usinados ou fora de especificação do fabricante sem autorização expressa da fiscalização.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não se exige carta de solidariedade do fabricante, por tratar-se de serviços de manutenção executados sob responsabilidade técnica da contratada.

Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.6.1. manutenção preventiva e corretiva.

4.7. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.7.1. A subcontratação fica limitada aos serviços de análises de qualidade do ar, e

4.7.2. Serviços realizados em altura, mesmo que de manutenção preventiva e corretiva, de equipamentos com condensadoras externas instaladas em alturas de até 3 andares de um edifício, o que demanda maior atenção e exige que os funcionários da Contratada (ou subcontratada) possuam curso de trabalho em altura — NR-35.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.12.1. A contratação não envolve a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra o que evita a possibilidade de responsabilização subsidiária da Administração nas questões trabalhistas e previdenciárias relacionadas aos funcionários da CONTRATADA.

4.12.2. Se de um lado a exigência de garantia contratual representa um benefício à Administração contratante - já que se destina a assegurar a execução do objeto contratado -, de outro significa mais um encargo que terá que ser suportado pelo contratado, repercutindo em sua realidade econômico financeira.

4.12.3 Assim, a exigência de garantia seria encargo adicional que poderia restringir o universo de competidores sem, contudo, trazer maiores benefícios à execução contratual, julgando-se desnecessária sua exigência por não ser indispensável à garantia do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

Vistoria

4.13. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dia e horário previamente agendado com agente da unidade.

4.14. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

UNIDADE	ENDEREÇO	AGENTE RESPONSÁVEL	TELEFONE PARA AGENDAMENTO
ALF/Corumbá/MS	Rua Cuiabá, 581 - Centro, Corumbá/MS - 79302-060		
DMA/Corumbá/MS	Rua Cuiabá, 581 - Centro, Corumbá/MS - 79302-060		
Posto de Fiscalização Esdras	Rodovia Ramon Gomes S/N, Corumbá/MS		

4.16. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Início da execução do objeto: até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A Contratada deverá providenciar por meio do Responsável Técnico, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, o PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle, devidamente associado aos sistemas de ar-condicionado e edificações envolvidas na presente contratação, conforme legislação aplicável (Lei Federal nº 13.589/2018 e alterações, Portaria nº 3.523, de 28/08/1998 do Ministério da Saúde e suas alterações, NBR nº 13.971 e outras legislações pertinentes ao tema).

- A Contratada deverá encaminhar a primeira versão do PMOC para análise da Contratante, que deliberará, por meio do fiscal técnico, acerca da necessidade de ajustes.
- Caso haja deliberação por ajustes, a Contratada deverá realizar as modificações apontadas e apresentar versão final do documento no prazo de 15 (quinze) dias a contar da manifestação formal do fiscal do contrato.
- A Contratada deve executar os primeiros serviços de manutenção nos primeiros 30 (trinta) dias da contratação com base nas informações constantes deste Termo de Referência. Neste período, deve ainda identificar peculiaridades e características específicas dos equipamentos e imóveis que devem auxiliar na correta elaboração do PMOC.

5.1.2.2. Até a aprovação do PMOC (versão final), os serviços serão executados conforme o Plano de Execução Inicial – Período Pré-PMOC, constante do Anexo VI do Edital, que disciplina rotinas mínimas, periodicidades, prazos, registros e indicadores de medição de resultado aplicáveis ao período provisório. Após a aprovação do PMOC, prevalecerão as rotinas e periodicidades por ele definidas, sem prejuízo das exigências mínimas deste TR.

5.1.3. A contratada deverá disponibilizar Responsável Técnico Engenheiro Mecânico (registro ativo no CREA) ou Técnico em Mecânica/Refrigeração Industrial (registro ativo no CRT) ou Técnico em Eletromecânica/Refrigeração Industrial (registro ativo no CRT), sob o regime de mão de obra não residente (remota), para supervisão dos serviços executados pelos Técnicos em Ar-Condicionado e Refrigeração e para elaboração/validação das peças técnicas desta contratação (PMOC e laudos de qualidade do ar), com emissão das respectivas ART/TRT quando aplicável.

5.1.3.1. O Responsável Técnico deverá manter-se disponível para esclarecimentos técnicos e validações documentais sempre que demandado pela fiscalização.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços e unidades descritos no item 4.15 deste Termo de Referência.

5.3. Os serviços serão prestados no horário de funcionamento das unidades da RFB.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Execução das manutenções preventivas estabelecidas para cada sistema (ar-condicionado e refrigeração), conforme PMOC, ou sugeridas pela Contratada, caso haja necessidade de aumentar a eficiência e segurança dos sistemas de ar condicionado;

5.4.2. Execução imediata das manutenções corretivas, quando demandadas;

5.4.3. Disponibilização permanente de materiais e ferramentas necessários às rotinas diárias de manutenção de sistemas de ar condicionado;

5.4.4. Apresentação de relatório detalhado, assinado pelo Responsável Técnico da contratada, em até 12 (doze) horas da constatação da necessidade de substituição de peças/componentes, com as seguintes informações:

5.4.4.1. Identificação do equipamento defeituoso: fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade, local/setor que está instalado;

5.4.4.2. Relato com fotos do problema ocorrido no equipamento;

5.4.4.3. Descrição da respectiva solução;

5.4.4.4. Especificação completa das peças/componentes a serem substituídos/adquiridos;

5.4.4.5. Declaração de impossibilidade de recuperação/conserto/reparo das peças a serem substituídas;

5.4.4.6. Identificação do técnico que constatou o defeito;

5.4.4.7. Prazo de entrega/fornecimento da peça/componente, igual ou inferior a 3 (três) dias úteis, prorrogável a critério da RFB, caso justificável a prorrogação.

5.4.5. Reposição de peças ou componentes relacionados de forma não exaustiva em aba apropriada das Planilhas de Custos e Formação de Preços, quando, eventualmente constatada a necessidade de substituição, conforme relatório apresentado pela Contratada e anuência da fiscalização, de acordo com os seguintes parâmetros:

5.4.5.1. Quando peças/componentes constarem na planilha da licitação, o ressarcimento será pelo valor indicado pela CONTRATADA no certame, reduzido de percentual de desconto ofertado e acrescido do BDI diferenciado, também informado na planilha;

5.4.5.2. Quando peças/componentes não constarem na planilha da licitação, deve-se adotar os parâmetros de definição do valor para ressarcimento previstos no art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. 5.4.5.2.1. O menor valor para peça/componente obtido conforme descrito acima, será acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, reduzido de percentual de desconto ofertado pela licitante e ressarcido à contratada.

5.4.5.2.2. Em caso de impossibilidade de definição dos custos de peças/componentes, conforme art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA, essa deverá realizar pesquisa de preços com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, observando os seguintes aspectos:

1º. Encaminhar para a CONTRATANTE a cotação dos preços pesquisados para a competente autorização;

2º. Efetivar a compra, após autorização da CONTRATANTE, respeitando o menor valor por item (ou itens correlacionados);

3º. Na Nota Fiscal de Serviço Mensal emitida pela CONTRATADA deverá ser discriminado o valor referente às peças/componentes adquiridos;

4º. Sobre o valor do custo pesquisado, será aplicado o BDI informado na proposta:

- No orçamento de estimado pela Administração, foi adotado BDI referencial de 15,95%, com a seguinte composição (memória de cálculo registrada na planilha de custos): Administração Central 2,00%; Impostos e Taxas (tributos indiretos: PIS 0,65% e Cofins 3,00%) 3,65%; Taxa de Risco/Seguro/Garantia 2,07%; Despesas Financeiras 1,23%; Lucro 6,42%.
- As balizas mínimas para aceitabilidade do BDI nas propostas serão: Administração central: até 5%; Seguros/garantias/risco: até 3%; Despesas financeiras: até 2%; Tributos indiretos: conforme legislação aplicável e regime tributário do licitante (PIS, Cofins), sem IRPJ/CSLL no orçamento-base; Lucro: até 10%.
- As licitantes deverão apresentar planilha analítica do BDI, com memória de cálculo, identificação das alíquotas tributárias efetivamente incidentes e justificativas técnicas para eventuais variações, que serão avaliadas quanto à compatibilidade com o mercado e aderência às balizas e à estrutura mínima exigida.

5.4.5.2.3. A tabela SINAPI será empregada de forma fixa pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade “sem desoneração” – Unidade da Federação: MS, vigente à época da apresentação da proposta na licitação.

5.4.5.2.4. A execução desta rubrica observará teto financeiro global de 15% (quinze por cento) calculado sobre o valor contratado das peças listadas para 24 (vinte e quatro) meses (Planilha homologada), vedada a ultrapassagem do limite.

5.4.5.2.5. Nos valores unitários contratados (peças listadas) e nos valores a ressarcir (peças não listadas) reputam-se incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, fretes, embalagens e quaisquer despesas necessárias, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.4.6. Apresentação semestral de análise da qualidade do ar em conformidade com a RDC/ANVISA nº 886/2024.

5.4.6.1. A CONTRATADA deverá efetivar, de forma quantitativa e qualitativa, a análise microbiológica, química e física da Qualidade do Ar Interior nos ambientes climatizados de uso público e coletivo (Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004), com interpretação de resultados e sugestões de ações corretivas, se necessárias.

5.4.6.2. No PMOC deverão ser inseridos todos os documentos comprobatórios de que o Plano obedece aos parâmetros de qualidade do ar interior.

5.4.6.3. O Laudo Técnico, emitido por responsável pelos procedimentos de amostragem e medições de análises laboratoriais, deve conter os resultados obtidos comparando-os com as especificações das Normas.

5.4.6.4. A CONTRATADA realizará todos os trâmites necessários à efetiva execução dos serviços de análise da qualidade do ar, sejam eles prestados de forma direta ou por meio de subcontratação, desde a solicitação de proposta técnica e comercial da prestação de serviços junto à empresa/laboratório (idôneo e habilitado), até o encaminhamento à CONTRATANTE:

a. Do Laudo/Relatório Técnico detalhado conforme ABNT NBR 10719:2015 da ABNT e RDC/ANVISA nº 886 /2024 (devidamente assinado pelo Responsável Técnico da análise da qualidade do ar);

b. Da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART em nome do responsável pela assinatura do Laudo Técnico.

5.4.7. Enquanto não aprovado o PMOC, as rotinas mínimas, periodicidades e prazos de atendimento observarão o Anexo VI – Plano de Execução Inicial – Período Pré-PMOC, sem prejuízo das obrigações previstas neste TR.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Materiais de Consumo: Ocorrerá por conta da CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, o fornecimento de MATERIAIS DE CONSUMO que são considerados aqueles que se consomem na primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades em relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, produtos para limpeza das serpentinas, solventes, querosene, fita isolante, fita vedaroscas, colas e adesivos para tubos e conexões de PVC, colas Araldite e Superbonder, Durepoxi, solda para tubulações de cobre, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal (pressão e compressão), abraçadeiras de nylon, arruelas,

porcas, parafusos, pregos, pincéis, óleos e graxas para lubrificação de mancais, óleos para bombas, tubos de cobre e isolamento térmico, etiquetas e adesivos de identificação, bem como demais materiais de consumo não listados, mas necessários ao desempenho dos trabalhos de manutenção e operação.

5.5.2. *Ferramenta e Equipamentos: Ocorrerá por conta da CONTRATADA o fornecimento aos seus técnicos em refrigeração e ar-condicionado de todo o ferramental necessário à execução das atividades de manutenção de equipamentos de ar-condicionado e refrigeração.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.6.1. *O modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços, anexo ao Edital, relaciona todos os itens pertinentes ao dimensionamento da proposta e deve ser preenchido e encaminhado ao órgão na fase de aceitação da proposta, devidamente ajustado ao lance final da licitante.*

5.6.2. *O valor global da contratação consolidado na aba "Resumo da Proposta G1" é composto por valor unitário mensal para fins de lançamento no sistema de compras governamental e valor total estimado para 24 (vinte e quatro), incluindo componentes fixos e variáveis da contratação. A licitante deverá atentar-se ao correto preenchimento das abas Grupo 1 – Itens 1 a 3, conforme estrutura da planilha fornecida.*

Custo Fixo

5.6.3. *Serviços de manutenção preventiva, em caráter continuado de todos os equipamentos de ar-condicionado e refrigeração; serviços de elaboração de PMOC para cada item da contratação (pro-rata/mês), não renovado após primeira vigência da contratação; serviços de laudo de análise de qualidade do ar (pro-rata/mês).*

Custo Variável

5.6.4. *Serviços de manutenção corretiva, por demanda; serviços de instalação e desinstalação de equipamentos; fornecimento de peças/componentes e materiais eventualmente necessários para reparação de equipamentos de ar-condicionado.*

5.6.4.1. *Para o cálculo das peças/componentes e materiais a serem adquiridos eventualmente, foram estimadas quantidades específicas para cada peça/componente e material. Estas quantidades não devem ser alteradas pelas licitantes. A licitante deve preencher o valor unitário do serviço, o desconto sobre o valor unitário, caso aplicável, e o BDI dos serviços, de modo a resultar no valor total estimado para 24 (vinte e quatro) meses.*

5.6.4.2. *Para composição do BDI Referencial, foram considerados os valores médios constantes no Acórdão TCU nº 2622 /2013. As licitantes devem apresentar cálculos analíticos próprios referentes aos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.*

5.6.5. *Para fins de equalização de propostas e avaliação objetiva, não será admitida a alteração de quantidades previstas na planilha de peças /componentes. A licitante deverá limitar-se ao preenchimento dos valores unitários, percentuais de desconto (se houver) e respectivos BDIs, conforme orientações específicas da planilha anexa.*

Especificação da garantia do serviço

5.7. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

6.2. *Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.*

6.3. *As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.*

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. Verificar, durante a execução dos serviços, a apresentação dos empregados da contratada com uniforme padronizado contendo a logomarca da empresa, crachá de identificação funcional na altura do tronco, bem como o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) e, quando aplicável, de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes, especialmente a NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), a NR 35 (Trabalho em Altura) e as normas da ABNT aplicáveis à execução de serviços de manutenção de sistemas de climatização.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo ao Edital.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, realizados em sistemas de climatização e refrigeração, serão medidos com base em relatórios mensais emitidos pela contratada, validados pela fiscalização da Receita Federal, devendo conter:

7.4.2.1. identificação do equipamento atendido;

7.4.1.2. tipo de manutenção realizada;

7.4.1.3. data de execução;

7.4.1.4. local e unidade atendida;

7.4.1.5. nome e assinatura do técnico responsável;

7.4.1.6. comprovação fotográfica antes/depois (para corretivas);

7.4.1.7. referência ao item do PMOC, quando aplicável.

7.4.2. Os serviços de avaliação da qualidade do ar interior, previstos na RDC/ANVISA nº 886/2024, serão medidos semestralmente mediante apresentação de laudos técnicos por empresa especializada (ainda que subcontratada), contendo:

7.4.2.1. identificação do ambiente avaliado;

7.4.2.2. parâmetros monitorados;

7.4.2.3. metodologia aplicada;

7.4.2.4. conformidade com limites legais e técnicos.

7.4.3. O fornecimento e substituição de peças, materiais e insumos, previamente autorizados pela fiscalização, será medido com base:

7.4.3.1. em relatório de substituição (com indicação do equipamento e da falha constatada);

7.4.3.2. em documento de solicitação/autorização pela fiscalização da RFB;

7.4.3.3. na apresentação da nota fiscal de aquisição da peça/material;

7.4.3.4. na compatibilidade com os valores contratados para peças, materiais e insumos ou em conformidade com orçamento prévio aprovado pela fiscalização.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de um mês.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP/M, calculado pela fundação Getúlio Vargas (FGV), "pro rata temporis, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/10 /2025.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IGP/M, calculado pela fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 3% (três por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à

pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.2.1. Para o objeto ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

I. valor global: conforme valor estimado da contratação por grupo;

II. custos unitários relevantes - preço unitário de manutenção preventiva, preço unitário de elaboração de PMOC, preço unitário de laudo de análise de qualidade do ar, preço unitário de manutenção corretiva, preços unitários de instalação e desinstalação de equipamentos e preços unitários de peças - ofertados para cada serviço não poderão, em hipótese alguma, exceder aos valores unitários máximos estimados pela Administração, constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO III - A).

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.21. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

9.22. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – aplicável para o valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.23. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), em plena validade;

9.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.30.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo:

I – Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado tipo split (9.000 a 48.000 BTU), abrangendo, no mínimo: limpeza/higienização; carga /recuperação de fluido refrigerante (R-410A, R-22 ou equivalente); substituição de componentes eletromecânicos/eletrônicos (compressores, placas, motores, sensores, termostatos, contactoras etc.); e

II – Elaboração, implantação e atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), conforme a Lei nº 13.589 /2018 e Portaria nº 3.523/1998/MS.

§ 1º Os documentos previstos nos incisos I e II constituem requisito indispensável.

§ 2º Os atestados devem indicar escopo, período de execução, quantitativo aproximado de equipamentos atendidos, locais /unidades atendidas e identificação do responsável técnico com registro CREA/CRT, com ART/TRT quando cabível.

9.30.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.33. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes: , observado que o

9.33.1. Responsável Técnico que deverá ser Engenheiro Mecânico (CREA) ou Técnico em Mecânica /Refrigeração Industrial (CRT) ou Técnico em Eletromecânica/Refrigeração Industrial (CRT).

9.33.2. Deverão ser apresentados, quando aplicável, diploma/certificado, comprovante de registro ativo no CREA/CRT e ART/TRT correspondentes às atividades que exigem responsabilidade técnica (PMOC e laudos de qualidade do ar).

9.33.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.33.4. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.34. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 181.454,39 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha de Custos e Formação de Preços em anexo ao Edital.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 170018/00001;

II) Fonte de recursos: 1032000000;

III) Programa de trabalho: 04122003220000001;

IV) Elemento de despesa: 339039 (serviços);

v) . Plano interno: OUTRCUSTEIO.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Não se aplica.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA

Membro da comissão de contratação

LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS

Membro da comissão de contratação

FELIPE LOPES DE AGUIAR

Membro da comissão de contratação

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF

Estudo Técnico Preliminar 28/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 10265.408074/2025-08

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objeto atender à **necessidade de manter os sistemas de climatização** da Alfândega da Receita Federal e Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS e Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras em Corumbá/MS em adequado estado de conservação, funcionamento contínuo e seguro.

A manutenção dos equipamentos de climatização é necessária não apenas para preservar a integridade do patrimônio público, mas também para garantir ambientes salubres, climatizados e seguros, para prevenir riscos à saúde, para o conforto térmico e o bom funcionamento de equipamentos eletrônicos e sensíveis, fundamentais às atividades da Receita Federal.

A **Lei nº 14.133/2021**, em seu artigo 11, reforça que o planejamento da contratação deve ser compatível com os princípios da eficiência, eficácia, economicidade e sustentabilidade, sendo indispensável que as contratações públicas sejam precedidas de Estudos Técnicos Preliminares, objetivando a adequada descrição da necessidade, a melhor solução e a eficiência dos gastos públicos.

De acordo com o artigo 6º, inciso XX, da mesma Lei, o ETP deve conter a **caracterização da necessidade**, os requisitos da contratação, as soluções possíveis e a justificativa da escolha da solução, atendendo aos princípios da **planejamento, racionalização, eficiência e mitigação de riscos**.

Além disso, a necessidade está alinhada às normas sanitárias e técnicas vigentes, destacando-se:

- **Portaria nº 3.523/1998/MS**, que estabelece os procedimentos para garantir a qualidade do ar de interiores em ambientes climatizados;
- **Lei nº 13.589/2018**, que torna obrigatória a elaboração e manutenção do **Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)** para sistemas de climatização;
- **ABNT NBR 17037:2023**, que especifica requisitos para manutenção de sistemas de climatização;

O uso diário desses equipamentos, especialmente nas condições climáticas da região abrangida, provoca **desgaste acentuado de componentes mecânicos, elétricos, hidráulicos e eletrônicos**, exigindo a realização de manutenções **preventivas e corretivas** com fornecimento de peças e materiais, visando assegurar:

- **Conservação das características de desempenho técnico** dos sistemas de climatização;
- **Preservação da saúde dos usuários**, por meio da manutenção da qualidade do ar (nos sistemas de climatização);
- **Preservação de bens patrimoniais e equipamentos eletrônicos**, que necessitam de controle térmico para funcionamento adequado;
- **Atendimento eficiente aos contribuintes e continuidade das atividades finalísticas da Administração Pública**, evitando paralisações por falhas nos sistemas de suporte ambiental.

Com a **implantação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD)** pela Portaria RFB nº 480/2024, há expectativa de retomada das atividades presenciais, ainda que em regime híbrido, o que **reforça a necessidade de ambientes adequadamente climatizados e infraestrutura de suporte refrigerada**, assegurando condições de trabalho adequadas e cumprimento da missão institucional.

O presente Estudo foi elaborado conforme as diretrizes da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022**, observando os princípios da **eficiência, economicidade, transparência, mitigação de riscos e sustentabilidade**, e visa embasar a contratação de **empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas de climatização**, com fornecimento de peças, emissão de laudos técnicos (incluindo análises da qualidade do ar) e elaboração ou atualização do **Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)**.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Equipe de Contratos - EQCON SRRF01	Flávio Bueno de Figueiredo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Qualificação Técnica

4.1.1. A licitante deverá apresentar **declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação**, podendo ser substituída por **declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante**, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da execução dos serviços.

4.1.2. Apresentação de **registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT)**, compatível com o objeto contratual.

4.1.3. **Comprovação de aptidão técnica**, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou por conselho profissional competente, que demonstre(m) a execução de objeto compatível em características, quantidades e prazos.

4.1.4. Os atestados de capacidade técnica deverão contemplar, no mínimo:

I – manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado tipo split e janela em faixas de capacidade equivalentes às do objeto (cerca de 7.000 a 60.000 BTU), abrangendo, no mínimo: limpeza/higienização; **carga/recuperação de fluido refrigerante** (R-410A, R-22 ou equivalente); substituição de componentes eletromecânicos/eletrônicos (compressores, placas, motores, sensores, termostatos, contactoras etc.);

II – elaboração, implantação e atualização do PMOC, nos termos da **Lei nº 13.589/2018** e da **Portaria MS nº 3.523/1998** e **Portaria MS nº 3.523/1998**, com **avaliação da qualidade do ar interior** nos termos da **Resolução RE/ANVISA nº 9/2003**.

§ 1º Os atestados devem indicar **escopo, período de execução, quantitativo aproximado de equipamentos atendidos, locais/unidades atendidas e identificação do responsável técnico** com registro CREA/CRT, com ART/TRT quando cabível.

III – Comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de que os meses sejam ininterruptos;

IV – Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados, executados de forma concomitante ou não;

V – Os atestados poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial da licitante.

4.1.5. A empresa deverá dispor de **estrutura operacional adequada**, capaz de atender às unidades contratantes, incluindo:

a) **Equipe técnica própria ou contratada**, devidamente habilitada e registrada no CREA ou CRT, composta por:

- **01 (um) responsável técnico**, engenheiro ou técnico industrial, com registro ativo e regular perante o respectivo conselho profissional;
- **Equipe técnica de manutenção capacitada**, composta por técnicos em refrigeração ou profissionais equivalentes.

b) **Veículos, ferramentas, equipamentos e instrumentos de medição, aferição e calibração**, necessários e adequados à plena execução dos serviços.

4.1.6. A contratada deverá realizar, diretamente ou por meio de subcontratação especializada, as seguintes atividades obrigatórias:

a) **Fornecimento e disponibilização de todos os materiais, peças, componentes, filtros, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços**, promovendo substituições sempre que necessário;

b) **Elaboração, implantação e atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)**, individualizado para cada imóvel (unidade da Receita Federal), nos termos da **Lei nº 13.589/2018**, da **Portaria nº 3.523/1998/MS** e das normas complementares aplicáveis;

c) **Avaliação da qualidade do ar interior nos ambientes climatizados de uso público e coletivo**, na forma da **Resolução ANVISA nº 9/2003**, observando, no mínimo, periodicidade **semestral**, bem como as **Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004 da ANVISA**;

4.1.7. A contratada deverá assegurar que os profissionais designados para a execução dos serviços apresentem-se nas unidades da Receita Federal devidamente identificados, utilizando:

- a) **Uniforme padronizado contendo a logomarca da empresa contratada**, de uso obrigatório durante as atividades nos locais de execução dos serviços;
- b) **Crachá funcional visível, na altura do tronco**, contendo, no mínimo, o nome completo do profissional, função e nome da empresa;
- c) **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** e, quando necessário, **Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs)**, apropriados à natureza da atividade desenvolvida, em conformidade com as **Normas Regulamentadoras NR 6, NR 10 e NR 35**, bem como com as demais normas técnicas da ABNT aplicáveis aos serviços de manutenção de sistemas de climatização e refrigeração.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de preços e práticas de contratações correlatas foi realizado por meio de pesquisa no **Painel de Preços do Governo Federal**, utilizando os seguintes critérios:

- CATSER 2771 — *Ar-Condicionado – Manutenção/Limpeza*
- CATSER 22454 — *Ar-Condicionado – Manutenção Sistema Central*

Foram selecionadas contratações no âmbito da Administração Pública Federal, homologadas entre os anos de **2024 e 2025**, cujas principais características estão sintetizadas na tabela a seguir:

Órgão	Objeto da Contratação	Tipo de Mão de Obra	Solução da Contratação	Fornecimento de Peças
Receita Federal - DERAT São Paulo	Manutenção preventiva e corretiva de sistema de ar-condicionado, com equipe residente e sob demanda	Modelo híbrido (mão de obra exclusiva + sob demanda)	Manutenção contínua, com equipe fixa e apoio técnico eventual	Fornecimento de peças sob demanda, com práticas de sustentabilidade e logística reversa
Receita Federal - 8ª RF	Manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado, emissão de laudos e PMOC	Sob demanda	Prestação de serviços conforme necessidade, dividida por grupos	Fornecimento incluído para execução dos serviços
IFMS - Instituto Federal de MS	Serviços de assistência técnica e manutenção (sob demanda) de climatização e eletrodomésticos	Sob demanda	Serviços sob demanda, via Sistema de Registro de Preços (SRP)	Fornecimento incluído no serviço contratado
Receita Federal - 5ª RF (Bahia)	Operação e manutenção de climatização (VRF, splits e chillers)	Mão de obra exclusiva (residente)	Serviço contínuo com operação e manutenção residente	Peças previstas dentro do serviço contratado
IFSP - Instituto Federal de SP	Instalação, remoção e manutenção de ar-condicionado	Sob demanda (sem dedicação exclusiva)	Serviços eventuais, conforme necessidade	Fornecimento incluído nos serviços a serem prestados

Análise dos Dados de Mercado

Com base na análise das contratações consultadas, observa-se que:

- A **manutenção preventiva** é executada sistematicamente, tendo como referência o **PMOC elaborado pela contratada**, de acordo com as recomendações, manuais dos fabricantes e orientações constantes no Termo de Referência da contratante.
- A **manutenção corretiva** é realizada sempre com vistas a restabelecer o perfeito funcionamento do sistema, sendo acionada tanto pela contratante como pela contratada, quando verificado defeito ou mau funcionamento durante as visitas periódicas ou inspeções.
- Verifica-se que há **três modalidades principais de contratação**:
 - Contratações com **mão de obra residente (dedicação exclusiva)**;
 - Contratações **sob demanda**, sem alocação fixa de pessoal;
 - Contratações em **modelo híbrido**, que combinam mão de obra fixa em determinadas unidades com atendimento sob demanda para outras.
- De acordo com experiências obtidas em contratações anteriores e com a análise dos contratos de outros órgãos, o setor demandante opta por **serviços contínuos, sem mão de obra exclusiva**, entendendo que esse modelo oferece **melhor custo-benefício**, especialmente considerando a quantidade, dispersão geográfica e as características dos equipamentos.

Fornecimento de Peças e Componentes

O levantamento de mercado evidencia que, em todas as contratações analisadas, o fornecimento de peças segue uma das seguintes formas:

- **Inclusão nas planilhas de custos**, quando previamente dimensionáveis;
- **Ressarcimento por meio de apresentação de três orçamentos**, na ausência de item previamente estimado;
- **Precificação por referência em tabelas oficiais**, como SINAPI, IBGE, FGV, entre outras, com validação pela fiscalização;
- Em todos os casos, é comum a previsão de que a lista de peças da planilha de custos **não é exaustiva**, admitindo-se substituições e ajustes conforme as necessidades da execução contratual.

Serviços Especiais — Avaliação da Qualidade do Ar

O levantamento de mercado confirma que a **avaliação da qualidade do ar interior** em ambientes climatizados, nos termos da **Resolução ANVISA nº 9 /2003**, é um serviço especializado, que, frequentemente, é executado mediante **subcontratação de laboratório ou empresa especializada**, desde que a contratada mantenha:

- A **responsabilidade integral** pelos serviços;
- A **supervisão direta** da execução e dos resultados, garantindo que todos os requisitos técnicos e legais sejam devidamente cumpridos.

Conclusão do Levantamento de Mercado

Diante dos dados levantados e considerando o histórico de contratações da própria Receita Federal e de outros órgãos da Administração Pública, conclui-se que o modelo proposto — **manutenção preventiva e corretiva, sem mão de obra exclusiva, com fornecimento de peças e serviços especiais (incluindo avaliação da qualidade do ar)** — é plenamente compatível com as melhores práticas adotadas no setor público, atendendo aos princípios da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere ao **planejamento, eficiência, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública**.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Pretende-se, com a presente contratação, assegurar a continuidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, abrangendo os equipamentos de ar-condicionado, instalados nos seguintes imóveis da Receita Federal do Brasil:

- **Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS** – Rua Cuiabá, 581 - Centro. CEP: 79302-060. Corumbá/MS;
- **Depósito de Mercadorias Apreendidos - DMA** – Rua Cuiabá, 581 - Centro. CEP: 79.302-060. Corumbá/MS;
- **Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras** – Rodovia Ramon Gomes S/N. Corumbá/MS.

6.2. A solução consiste na execução dos seguintes serviços, de forma continuada, conforme detalhamento técnico, observadas as normas vigentes:

6.2.1. Manutenção Preventiva

Atividades realizadas em intervalos predeterminados ou de acordo com critérios técnicos, visando reduzir a probabilidade de falhas, conservar a vida útil dos equipamentos e garantir seu pleno funcionamento. Inclui, entre outras ações:

- Limpeza de serpentinas, filtros, bandejas e dutos;
- Verificação e regulagem de parâmetros operacionais;
- Lubrificação de motores e componentes móveis;
- Checagem do fluido refrigerante e correção de níveis;
- Inspeção dos sistemas elétrico e de drenagem;
- Verificação do funcionamento dos controles e sensores;
- Avaliação do estado geral dos equipamentos, com elaboração de relatório técnico;
- Execução conforme PMOC — Plano de Manutenção, Operação e Controle — atendendo à Portaria nº 3.523/1998/MS, Resolução ANVISA nº 09 /2003 e Lei nº 13.589/2018.

6.2.2. Manutenção Corretiva

Atividades necessárias para a restauração do funcionamento dos equipamentos que apresentarem falhas, incluindo:

- Diagnóstico de defeitos;
- Reparos ou substituição de peças e componentes;
- Ajustes operacionais;
- Restabelecimento das condições de funcionamento dentro dos padrões técnicos recomendados.

6.2.3. Fornecimento de Peças e Materiais

O serviço inclui o fornecimento de peças, componentes e materiais novos, originais e de primeiro uso, necessários à execução das manutenções preventiva e corretiva. Estão abrangidos, por exemplo:

- Compressores, motores, ventiladores, sensores, placas eletrônicas;
- Filtros, válvulas, capacitores, gás refrigerante, entre outros;
- Materiais de consumo como lubrificantes, produtos químicos para limpeza e materiais para vedação.

Todas as peças e materiais deverão observar as normas da ABNT aplicáveis e as especificações técnicas dos fabricantes dos equipamentos.

6.2.4. Avaliação da Qualidade do Ar Interior

Será de responsabilidade da contratada a realização da análise da qualidade do ar interior nos ambientes climatizados, com periodicidade mínima semestral, conforme estabelece a Resolução ANVISA nº 09/2003, sendo esta atividade executada diretamente ou por meio de subcontratação de empresa especializada, devidamente certificada.

6.2.5. Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)

A contratada deverá elaborar, implantar e manter atualizado o PMOC para todas as unidades abrangidas, no prazo máximo de 30 dias após o início da execução dos serviços, com emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). O PMOC deverá contemplar:

- Cadastro dos equipamentos instalados (modelo, capacidade, localização);
- Descrição dos procedimentos de manutenção;
- Frequência das intervenções;
- Histórico de manutenção;
- Laudos de análise da qualidade do ar;
- Dados do responsável técnico.

6.3. O modelo adotado prevê a prestação de serviços sob demanda, não se exigindo mão de obra residente nas unidades. Este modelo tem se mostrado adequado e eficiente, visto que oferece flexibilidade, economicidade e atendimento tempestivo, conforme as necessidades.

6.4. O contrato abrangerá também, sob demanda, os serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo split ou janela, quando solicitado.

6.5. A execução dos serviços deverá garantir:

- O perfeito funcionamento dos sistemas e equipamentos;
- A manutenção da qualidade do ar interior, em conformidade com as normas sanitárias vigentes;
- A preservação da vida útil dos ativos;
- A segurança e o conforto dos usuários e servidores das unidades da Receita Federal;
- O suporte adequado às atividades finalísticas da Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para os sistemas de climatização, nas unidades da Receita Federal do Brasil descritas no item 6 deste Estudo.

7.2. A seguir, apresenta-se a estimativa da quantidade de equipamentos que deverão ser mantidos em adequado estado de conservação, funcionamento e segurança durante o prazo contratual.

7.3. Relação de Equipamentos

Unidade	Tipo de Equipamento	Capacidade (BTUs)	Quantidade
ALF/Corumbá	Split e equipamento de janela	Diversas (7.000 a 60.000)	37
DMA/Corumbá	Split	Diversas (9.000 a 24.000)	4
Posto Esdras	Split	Diversas (12.000 a 60.000)	21

7.4. Estimativa de Peças e Materiais a Serem Substituídos (Período de 24 meses)

Abaixo, estimativas de itens **exclusivos de climatização** que podem ser necessários para reposição, considerando o porte do parque instalado e histórico de manutenção. Todos os itens deverão ser **novos, originais e de primeiro uso**, observando as normas ABNT aplicáveis e as especificações dos fabricantes.

Fornecimento de Peças e Materiais	Quantidade estimada 24 meses
Bomba de condensação/dreno	8
Capacitor (30, 40 e 50 µF)	24
Capacitor de partida (80, 100, 130 µF ou conforme especificação)	5
Compressor 12.000 BTU	1
Compressor 18.000 BTU	1
Compressor 24.000 BTU	1
Compressor 36.000 BTU	1
Compressor 48.000 BTU	1
Compressor 60.000 BTU	1
Contatora	12
Filtro de ar	226
Filtro secador	4
Gás refrigerante R22 (13,6Kg)	8
Gás refrigerante R410a (11,34Kg)	12
Motor ventilador condensadora	8
Placa eletrônica de controle	7
Sensor de temperatura	9

7.5. As quantidades estimadas de peças e serviços foram definidas com base:

- Nos quantitativos atuais dos equipamentos instalados;
- Na média de consumo e substituição observada em contratações similares, tanto na Receita Federal quanto em outros órgãos públicos;
- Na vida útil dos componentes, desgaste natural e padrões técnicos de manutenção recomendados pelos fabricantes e normas técnicas.

7.7. As quantidades acima são estimativas, não configurando obrigação de consumo pela Administração; representam previsão para assegurar a execução adequada dos serviços durante a vigência inicial do contrato, limitadas ao atendimento dos 62 aparelhos de ar-condicionado inventariados nas unidades contempladas nesta contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 181.454,39

A estimativa do valor foi elaborada com **critérios técnicos e metodologia aderentes à IN SEGES/ME nº 65/2021** e às boas práticas de compras públicas, considerando exclusivamente o **parque de aparelhos de ar-condicionado** (split e janela) inventariado nas unidades indicadas no item 6.

8.1. Bases da composição

- **Parque instalado:** quantidade e tipologia dos **aparelhos de ar-condicionado** por unidade, conforme DFD e planilhas de referência (sem incluir equipamentos de refrigeração/purificação).
- **Escopo temporal:** **24 (vinte e quatro) meses** de vigência inicial.
- **Rotinas de serviço:** estimativas de **manutenção preventiva e corretiva** compatíveis com manuais dos fabricantes, padrões técnicos e contratos públicos similares.
- **Peças e componentes:** estimativas de reposição consolidadas a partir de contratações similares e histórico setorial, aplicáveis **apenas aos sistemas de ar-condicionado**.

8.2. Formação de preços

- **Serviços sob demanda:** precificados por **Valor Unitário Máximo (VUM)** por item/atividade, para garantir comparabilidade e controle.
- **Peças/insumos:** valores unitários estimados por item; quando **não listados**, aplica-se teto financeiro residual e governança específica (anuência prévia da fiscalização e fontes idôneas).
- **BDI:** aplicado **somente** aos itens de **fornecimento de peças/insumos**, contemplando tributos, encargos indiretos, seguros, administração central e margem de lucro, conforme planilha de composição de custos.
- **Distribuição entre unidades:** proporcional à **participação do parque instalado** e às **necessidades estimadas** de cada localidade, refletida na planilha “Valor Estimado da Contratação por Grupo”.
- **Critério estatístico:** uso da **mediana** das amostras coletadas para mitigar outliers e reduzir risco de sobrepreço.

8.3. Fontes de preços

- **Painel de Preços do Governo Federal** (CATSER 2771 e descrições específicas de manutenção de ar-condicionado);
- **Contratos/atas** de órgãos da APF (pregões, SRP e contratos vigentes em até 12 meses);
- **Mídia especializada** e publicações técnicas do setor, quando cabível pela IN 65/2021.

8.4. Valor estimado

O **valor global estimado** para a contratação, considerando o período de **24 meses**, é de **R\$ 181.454,39**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Este item visa atender às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente nos termos do artigo 18, inciso VII, e artigo 47, inciso II, bem como às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) expressas na Súmula nº 247, que recomenda a adoção de licitação por itens, sempre que técnica e economicamente viável.

9.2. A análise técnica concluiu que parcelar por unidade isolada (ALF/Corumbá, DMA/Corumbá e Posto Esdras) não é conveniente nem eficiente, dadas as características logísticas locais, a necessidade de racionalização da gestão contratual e a busca por economicidade e padronização das rotinas de manutenção.

9.3. Assim, a contratação será agrupada geograficamente para atendimento integrado das unidades da Receita Federal situadas no mesmo estado, por um único fornecedor, evitando a fragmentação que poderia acarretar:

- Aumento de custos operacionais, tanto para a Administração quanto para os fornecedores, especialmente relacionados ao deslocamento de equipes, transporte de ferramentas, materiais e peças;
- Dificuldades na gestão contratual, com necessidade de múltiplos contratos, fiscalizações distintas e aumento da carga administrativa;

- Riscos operacionais, com ausência de padronização na execução dos serviços, cronogramas descoordenados e diferentes níveis de qualidade entre fornecedores distintos para unidades próximas.

9.4. O atendimento integrado propicia ganhos de escala e padronização de procedimentos (preventiva, corretiva, PMOC e QAI), sem restringir a competitividade, pois o agrupamento está ancorado em critérios objetivos (localização/ logística) e em escopo homogêneo (apenas aparelhos de ar-condicionado das unidades contempladas).

9.5. Do ponto de vista técnico, os equipamentos de climatização instalados nas unidades agrupadas apresentam características e capacidades similares, operam sob condições ambientais equivalentes e demandam procedimentos de manutenção comparáveis, o que reforça a viabilidade técnica do agrupamento.

9.6. A alternativa de parcelamento por unidade específica foi descartada por não se mostrar vantajosa: aumentaria custos indiretos, complexidade de fiscalização e riscos de descontinuidade/assimetria de padrões, sem ganho proporcional de competitividade.

9.7. Modelagem adotada (parcelamento geográfico):

- Grupo 1 – Estado de Mato Grosso do Sul (MS): ALF/Corumbá, DMA/Corumbá e Posto de Fiscalização de Fronteira Esdras (Corumbá).

9.8. Com essa modelagem, preserva-se o equilíbrio entre competitividade, eficiência, economicidade e vantajosidade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as boas práticas de gestão pública, assegurando padronização de resultados e simplificação da governança contratual para o período de vigência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A análise técnica deste ETP não identificou contratações correlatas ou interdependentes que condicionem a execução dos serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado nas unidades indicadas, de modo que o objeto é autônomo sob o ponto de vista técnico, operacional e contratual.

10.2. A manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, bem como o PMOC e as avaliações de qualidade do ar interior (QAI), constituem escopo próprio, não dependendo de contratos de terceiros para sua realização.

10.3. Existem, contudo, interfaces operacionais pontuais com outras contratações da RFB (p. ex., infraestrutura predial, rede elétrica, limpeza /conservação, vigilância/acesso), que não configuram interdependência técnica, mas podem demandar coordenação de janelas de serviço (desligamentos programados de energia, acesso a áreas técnicas, higienização prévia de ambientes e descarte adequado de resíduos). Tais interfaces serão tratadas via ordens de serviço e cronogramas acordados com a fiscalização, sem comprometer a autonomia do objeto.

10.4. Em consonância com as práticas correntes na RFB, os serviços de manutenção de ar-condicionado (split e janela) são usualmente contratados de forma isolada, sem integração obrigatória a contratos de obras/serviços prediais.

10.5. Diante do exposto, não se fazem necessários procedimentos especiais de compatibilização com outras contratações na fase de planejamento ou execução, além da coordenação operacional rotineira já prevista na gestão do contrato.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A **necessidade** que fundamenta esta contratação, descrita no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, está alinhada ao **Plano de Contratações Anual (PCA)** da RFB e ao **Plano de Logística Sustentável (PLS)**, nos termos do **art. 7º da IN SEGES nº 58/2022 e, também** está plenamente alinhada ao planejamento estratégico e às competências regimentais da Receita Federal do Brasil (RFB), conforme estabelece a Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova seu Regimento Interno, bem como ao Mapa Estratégico da Receita Federal para o ciclo 2024–2027 e aos processos estruturantes constantes de sua Cadeia de Valor.

A contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização visa **assegurar condições físicas adequadas ao desempenho das funções institucionais da RFB**, tanto no aspecto do conforto térmico e da salubridade ambiental quanto na preservação de bens patrimoniais e documentos sensíveis.

Esses objetivos estão diretamente relacionados à **macrofunção “Gestão de Materiais e Logística”** da Cadeia de Valor da RFB, notadamente nos processos “Gerir materiais e serviços” e “Gerir imóveis e obras”, garantindo o suporte operacional necessário à execução das atividades finalísticas da Instituição. Além disso, essa ação colabora com o aprimoramento da **governança institucional e do desempenho organizacional**, conforme previsto nos eixos estruturantes do Mapa Estratégico.

No que tange ao **Planejamento Estratégico da RFB (2024–2027)**, a contratação em pauta reforça os seguintes direcionadores estratégicos:

- **Objetivos de governança, pessoas e recursos:** ao viabilizar ambientes funcionais e sustentáveis, promove-se a qualidade de vida no trabalho, a valorização institucional e a eficiência na gestão de recursos públicos;

- **Eficiência e qualidade dos serviços prestados:** ao assegurar infraestrutura adequada, minimizam-se interrupções operacionais e otimizam-se os fluxos de trabalho internos, fortalecendo o relacionamento institucional com a sociedade;
- **Responsabilidade ambiental e sustentabilidade:** a manutenção eficiente dos sistemas de climatização e refrigeração evita desperdícios energéticos e reduz o impacto ambiental, contribuindo para metas institucionais do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Adicionalmente, a contratação está em consonância com os **valores institucionais** da Receita Federal — como integridade, inovação, profissionalismo e respeito ao cidadão — e com os princípios da gestão pública, como economicidade, legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Portanto, o objeto desta contratação contribui diretamente para o alcance da missão institucional da RFB, qual seja, "administrar o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país", promovendo um ambiente organizacional estruturado, eficiente e sustentável.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de **empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado (split e janela), com fornecimento de peças, elaboração/implantação/atualização do PMOC e avaliação da qualidade do ar interior (QAI)**, visa assegurar o perfeito funcionamento dos equipamentos instalados nas **unidades da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS** (ALF/Corumbá, DMA/Corumbá e Posto de Fiscalização de Fronteira Esdras).

12.2. Trata-se de serviço indispensável à **preservação do patrimônio público**, à **qualidade dos ambientes internos** e ao **bem-estar de servidores e contribuintes**, além de proteger **ativos de tecnologia** (estações, servidores, no-breaks), cuja operação depende de **temperatura e umidade controladas**.

12.3. A manutenção periódica é **obrigatória e normatizada** pela **Portaria MS nº 3.523/1998, Resolução RE/ANVISA nº 9/2003 e Lei nº 13.589/2018 (PMOC)**, contribuindo para **prevenir falhas, ampliar a vida útil** dos equipamentos e **reduzir custos** com substituições e paralisações.

12.4. Benefícios diretos e indiretos à Administração:

- **Eficiência operacional** nas unidades, com conforto térmico e condições adequadas ao atendimento e às atividades finalísticas;
- **Preservação da vida útil** dos sistemas de climatização e **proteção de ativos tecnológicos**, evitando desgaste prematuro;
- **Melhoria da QAI e saúde ocupacional**;
- **Conformidade sanitária e ambiental**, mitigando riscos de autuação e responsabilização;
- **Otimização de recursos públicos**, com menor incidência de emergências e manutenções não planejadas;
- **Desoneração administrativa** da equipe interna (foco em atividades finalísticas);
- **Sustentabilidade:** descarte ambientalmente adequado de resíduos, **logística reversa** de componentes e manejo correto de **gases refrigerantes** segundo normas aplicáveis;
- **Aumento de produtividade** por ambientes mais adequados, seguros e confortáveis.

12.5. A contratação assegura a **continuidade** dos serviços de climatização em **região de clima predominantemente quente**, evitando descontinuidade operacional nas unidades abrangidas e garantindo **atendimento tempestivo sob demanda** durante a vigência inicial de **24 meses**.

12.6. A medida contribui diretamente para os **objetivos estratégicos** da Receita Federal, alinhando-se aos princípios de **eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público**, e reforça a **governança** do contrato por meio de **PMOC, QAI**, rotinas preventivas e **balizas econômicas** definidas (serviços por valor unitário máximo e regras específicas para peças), promovendo uma gestão orientada à **entrega de serviços de qualidade à sociedade**.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Tendo em vista a natureza continuada dos serviços objeto desta contratação, cuja execução é essencial à preservação do patrimônio público, à saúde ocupacional e ao adequado funcionamento das atividades institucionais, a Administração deverá adotar providências que assegurem a transição eficiente entre contratos, caso haja substituição da empresa executora.

13.2. Entre as principais providências a serem adotadas pela Administração, destacam-se:

- **Planejamento prévio da transição**, de forma a garantir que não haja descontinuidade na prestação dos serviços, especialmente no que se refere às manutenções periódicas previstas no PMOC e à correção de eventuais falhas nos sistemas;

- **Realização de reunião inicial com a empresa contratada (reunião de mobilização)**, visando apresentar os detalhes do contrato, esclarecer responsabilidades, repassar as informações técnicas dos sistemas instalados, bem como as rotinas de fiscalização, controle e medição de desempenho;
- **Organização e disponibilização do histórico de manutenção dos equipamentos**, com apoio da atual empresa contratada e dos fiscais do contrato vigente, permitindo à nova contratada pleno conhecimento das condições operacionais dos sistemas e equipamentos;
- **Definição de cronograma de visitas técnicas de reconhecimento das unidades**, de modo que a empresa vencedora possa conhecer in loco os ambientes, os sistemas instalados e suas particularidades;
- **Formalização da indicação do preposto da contratada**, que será o responsável pela interlocução com a Administração durante toda a vigência do contrato, conforme exigência contratual;
- **Acompanhamento rigoroso nos primeiros meses de execução contratual**, com foco na adaptação da empresa contratada às rotinas da Receita Federal, avaliação do desempenho técnico, tempo de resposta e qualidade dos serviços;
- **Previsão de cláusula contratual específica para transição contratual**, com obrigações tanto da empresa sucedida quanto da empresa sucessora, quando aplicável, visando assegurar a continuidade dos serviços essenciais.
- Durante o **período pré-PMOC**, a execução observará os **prazos e metas** do 'Plano de Execução Inicial — Pré-PMOC' (atendimento crítico $\leq 24h$; solução sem peça $\leq 72h$; instalação de peça $\leq 24h$ após recebimento; laudo QAI ≤ 10 dias úteis; **IMR** conforme metas).

13.3. Considera-se ainda que, pela especificidade dos serviços, o início da execução demandará um período de adaptação da contratada às rotinas operacionais e aos equipamentos existentes nas unidades, bem como à forma de gestão do contrato pela Receita Federal, incluindo seus processos de fiscalização e acompanhamento.

13.4. As providências descritas estão alinhadas às boas práticas de gestão de contratos administrativos, às diretrizes da **Lei nº 14.133/2021** e às orientações internas da Receita Federal do Brasil, e têm por objetivo assegurar a regularidade, a eficiência e a continuidade dos serviços prestados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A execução dos serviços objeto desta contratação envolve atividades que, se não realizadas de forma adequada, podem gerar impactos ambientais relacionados ao manejo de resíduos sólidos, emissões atmosféricas, consumo energético e descarte de substâncias nocivas à camada de ozônio. Para fins deste contrato, o escopo abrange exclusivamente sistemas de climatização (ar-condicionado) inventariados.

14.2. Os principais riscos ambientais associados são:

- Vazamento e emissão de gases refrigerantes que destroem a camada de ozônio e contribuem para o efeito estufa. Nota: HCFCs (ex.: R-22) são SDOs; HFCs (ex.: R-410A) não agredem a camada de ozônio, mas possuem alto potencial de aquecimento global (GWP). Em ambos os casos é vedada qualquer liberação à atmosfera (venting), sendo obrigatórios o recolhimento e a destinação ambiental adequada.
- Descarte inadequado de peças, filtros, materiais contaminados e resíduos sólidos gerados durante as manutenções;
- Consumo excessivo de energia em função de falhas na operação dos sistemas de climatização.

14.3. A fim de mitigar esses riscos, a empresa contratada deverá observar rigorosamente os procedimentos ambientais estabelecidos na Resolução CONAMA nº 340/2003, na Instrução Normativa IBAMA nº 5/2018, na Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e no Decreto nº 10.936/2022, além das demais normas aplicáveis, adotando as seguintes práticas:

- É proibida a liberação intencional de refrigerantes na atmosfera em quaisquer atividades de manutenção (preventiva/corretiva), instalação ou desinstalação;
- As Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) (ex.: R-22) retiradas de equipamentos devem ser recolhidas com equipamento apropriado e destinadas a centros de regeneração e/ou destruição/incineração licenciados;
- HFCs (ex.: R-410A), embora não sejam SDOs, devem seguir o mesmo procedimento de vedação de venting, recolhimento, armazenamento e destinação documentada;
- Retirada do residual de substâncias controladas de suas embalagens/cilindros antes da destinação final, evitando risco de contaminação ambiental;
- Vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis em desconformidade com a CONAMA nº 340/2003 e de recipientes não homologados para transporte, armazenamento e recolhimento;
- Tratamento específico por gás: p.ex., para CFC-12, priorizar o envio a centros regionais de regeneração (se existentes) ou a centrais de coleta e destruição licenciadas;

- Armazenamento temporário: segregação por tipo de gás, classificação de resíduos (ABNT NBR 10004), área ventilada, contenção secundária e controles que evitem vazamentos, incêndios ou outros danos ambientais;
- Instrumentação/boas práticas: uso obrigatório de máquina de recuperação, cilindros retornáveis homologados, balança de carga, detector de vazamentos, manifold/manômetros sem mercúrio, todos com calibração vigente; FISPQ dos produtos químicos e EPI/EPC adequados;
- Preferência por refrigerantes regenerados, quando tecnicamente viável, sendo vedado o uso de SDOs em novas instalações no âmbito deste contrato;
- A contratada deverá manter registro documental das destinações, apresentando, quando solicitado pela fiscalização, os comprovantes correspondentes..

14.4. Além disso, a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre as quais destacam-se:

- Maximização dos resultados ambientais e sociais;
- Substituição, sempre que tecnicamente viável, de substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor impacto ambiental, preferencialmente biodegradáveis;
- Economia e racionalização do consumo de energia elétrica, mediante limpeza periódica de serpentinas e filtros, correção de vazamentos, reposição/ajuste de vedações e verificação de parâmetros operacionais (sub/superaquecimento, pressões, corrente/fator de potência) dentro das faixas de fabricante, com registro comparativo de antes/depois;
- Capacitação periódica dos seus colaboradores quanto às boas práticas de sustentabilidade e redução de desperdícios;
- Reciclagem/logística reversa e destinação adequada de resíduos (óleos, filtros, recipientes, componentes eletroeletrônicos como placas e motores), com comprovantes;
- Elaboração e cumprimento de procedimentos/manuais para descarte e destinação de materiais potencialmente poluidores, aplicáveis à contratada e ao contratante.

14.5. A fiscalização do contrato deverá acompanhar, de forma permanente, o cumprimento das obrigações ambientais, cabendo à contratada total responsabilidade pela adoção das medidas de controle ambiental, mitigação de impactos e atendimento às normas vigentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Viabilidade técnica

A contratação mostra-se tecnicamente viável porque: (i) há **necessidade permanente** de manutenção preventiva e corretiva do parque instalado de **aparelhos de ar-condicionado (split e janela)** nas unidades de Corumbá/MS (ALF, DMA e Posto Esdras); (ii) o escopo está **padronizado e objetivamente especificado** via rotinas preventivas, atendimento corretivo, **PMOC por imóvel** e **avaliação semestral da QAI**; (iii) foram definidas **metas e prazos de desempenho** para o período **pré-PMOC** (atendimento crítico, prazos de solução e indicadores IMR), assegurando execução inicial equilibrada até a aprovação do PMOC; e (iv) a solução é compatível com o **inventário real** (capacidades entre 7.000 e 60.000 BTU), dispensando projetos executivo/básico e permitindo **pregão** por se tratar de bens/serviços comuns.

15.2. Viabilidade econômica

A viabilidade econômica decorre de: (i) **levantamento de mercado** com amostras recentes do setor público (CATSER pertinente) e **uso da mediana** como critério de precificação, mitigando outliers; (ii) **modelo sob demanda, sem dedicação exclusiva**, que ajusta esforço à necessidade real e reduz ociosidade; (iii) **balizas de governança** para a parcela variável: **Valor Unitário Máximo** para serviços, **desconto mínimo** para peças listadas e **teto financeiro para peças não listadas** com anuência prévia e fontes idôneas; (iv) **distribuição proporcional** de quantitativos por unidade (ALF/DMA /Posto Esdras), refletindo o parque instalado; e (v) expectativa de **redução de custos indiretos** por prevenção de falhas, aumento de vida útil e menor incidência de emergências.

15.3. Viabilidade jurídica

A contratação é juridicamente viável porque: (i) observa a **Lei nº 14.133/2021** (planejamento, vantajosidade, sustentabilidade e gestão de riscos), a **IN SEGES/ME nº 65/2021** (pesquisa de preços e formação do valor estimado) e o marco sanitário-técnico (**Portaria MS nº 3.523/1998, Res. RE/ANVISA nº 9/2003, Lei nº 13.589/2018 – PMOC**); (ii) adota **pregão eletrônico** para bens/serviços comuns, com **motivação** e **harmonização literal** do objeto entre ETP, TR e Edital; e (iii) incorpora diretrizes ambientais (PNRS e normas correlatas) e de SST (NR-6/10/35), assegurando conformidade regulatória.

15.4. Viabilidade operacional e de gestão

Há viabilidade operacional porque: (i) o **agrupamento geográfico** das unidades do **MS (Corumbá)** favorece logística, escala e padronização; (ii) o contrato prevê **reunião de mobilização, transferência de histórico** (manutenções, laudos QAI, ART/TRT), **visitas de reconhecimento** e **preposto**

dedicado; (iii) a fiscalização dispõe de **critérios de medição** e **marcos de desempenho** (IMR), facilitando o controle; e (iv) a modelagem está alinhada ao **PGD/RFB** (ambientes salubres em regime híbrido), sem dependências de outros contratos além da coordenação operacional rotineira.

15.5. Viabilidade ambiental e de sustentabilidade

A viabilidade ambiental é garantida por: (i) **proibição de venting** e uso de **máquina de recuperação, cilindros homologados e destinação licenciada** para refrigerantes e resíduos; (ii) **rastreabilidade** via MTR/SINIR, PGRS (quando aplicável) e comprovantes; (iii) práticas que **melhoram eficiência energética** (limpeza de serpentinas/filtros, correção de vazamentos e parâmetros dentro das faixas do fabricante); e (iv) atendimento às diretrizes do **PLS**, com **logística reversa** para componentes eletroeletrônicos e materiais.

15.6. Conclusão

Pelos fundamentos **técnicos, econômicos, jurídicos, operacionais e ambientais** acima, a solução proposta é plenamente **viável e vantajosa** para a Administração, assegurando **continuidade, conformidade normativa, qualidade do ar interior e eficiência do gasto público** na manutenção dos **aparelhos de ar-condicionado** das unidades da RFB em Corumbá/MS.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA

Membro da comissão de contratação

LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS

Membro da comissão de contratação

FELIPE LOPES DE AGUIAR

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO IA - ETP ANEXO I - Relatório de Pesquisa de Preços.pdf (706.38 KB)



PROCESSO Nº: 10265.408074/2025-08

ASSUNTO: Relatório da Pesquisa de Preços – IN 65/2021

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS

(Em conformidade com a IN 65/2021)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal e do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, bem como do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para as unidades citadas, conforme ETP nº 170018-000028-2025.

2. OBJETIVO

Este documento sintetiza, de forma objetiva e clara, a formação do preço de referência — ou, quando for o caso, a escolha de proposta — a partir de análise crítica dos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, com a finalidade de obter estimativa prévia que permita verificar se os preços são realizáveis, exequíveis e compatíveis com o mercado, devidamente documentada no processo administrativo eletrônico sob a numeração 10265.408074/2025-08.

3. LEGISLAÇÃO APLICADA

A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, considerando o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A IN ME/SEGES nº 65/2021 versa em seu Art. 5º que:

“5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;



IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

O Art. 6º da IN SEGES nº 65/2021 versa que:

“Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um



ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.”

4. METODOLOGIA DA PESQUISA DE PREÇOS

4.1. Fontes e priorização (art. 5º da IN 65/2021).

A pesquisa priorizou: (i) sistemas oficiais (PNCP/Compras.gov/Painel de Preços); (ii) contratações similares da Administração nos últimos 12 meses; e, subsidiariamente, (iii) mídia especializada e sítios eletrônicos de fornecedores do setor de climatização, quando inexistentes dados suficientes nas fontes prioritárias. Cada observação traz data/hora, identificação da UASG/contrato ou URL/CNPJ do fornecedor (anexos).

4.2. Data-base e atualização monetária.

Todos os valores foram atualizados para a data-base set/2025 por IPCA/IBGE, com memória de cálculo em planilha (anexo “valores corrigidos”).

4.3. Homogeneização do escopo.

As observações foram segmentadas por subitem homogêneo (Instalação; Desinstalação; Manutenção Preventiva; Manutenção Corretiva; Laudo de Qualidade do Ar – QAI; Elaboração/Atualização de PMOC). Eliminaram-se registros não comparáveis (ex.: composição com



deslocamentos/plantões/quantidades de pontos ou ambientes diferentes, serviços agregados) e itens fora do escopo (refrigeração comercial, climatizadores, etc.).

4.4. Tratamento de outliers.

Aplicou-se triagem em duas etapas:

Faixa 70%–130% da média preliminar (apenas para triagem inicial); e

Todos os excluídos constam como “OUTLIER/escopo distinto” com justificativa.

4.5. Peças e materiais (complemento).

Para estimar custos de corretivas com fornecimento, levantaram-se preços de peças e insumos em mídia especializada (Dufrio, Frigelar, TotalAr, Eletrofrigor, etc.), sempre compatíveis com AC (split/janela/piso-teto). As medianas foram usadas como referência por item.

4.6. Resultado por subitem (preço de referência, data-base set/2025).

Instalação de split: R\$ 394,03 – mediana limpa.

Desinstalação de split: R\$ 176,98 – mediana limpa.

Manutenção preventiva: R\$ 189,43 – mediana limpa.

Manutenção corretiva (visita/serviço unitário): R\$ 188,17 – mediana limpa.

Laudo de Qualidade do Ar (QAI): R\$ 274,30 – único preço válido comparável (demais composições divergentes).

Elaboração/atualização de PMOC: R\$ 380,07 – mediana limpa.

4.8. Rastreabilidade e transparência.

As planilhas com séries, índices de atualização, flags de outliers (“OK/OUTLIER”) e memória de cálculo (média/mediana limpas, CV) acompanham este relatório, com prints/IDs dos itens consultados (PNCP/Compras.gov/fornecedores). Cada exclusão está motivada (escopo distinto/composição não comparável).

5. PREÇO ESTIMADO

À vista das premissas acima e da memória de cálculo constante das planilhas, o valor estimado da contratação para 24 meses é de R\$ 181.454,39 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

6. CONFORMIDADE, ECONOMICIDADE E CONCLUSÃO



**Ministério da
Fazenda**



A pesquisa observou os arts. 5º e 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021 e o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, priorizando fontes oficiais e contratações similares, com tratamento crítico das séries (outliers/escopo). O valor consolidado de R\$ 181.454,39 reflete o centro do mercado para o escopo pretendido (serviços sob demanda, sem mão de obra residente), atendendo aos princípios de planejamento, eficiência, economicidade e vantajosidade.

(Assinado e Datado Digitalmente)

TICIANE LIMA ALENCAR SOUSA

Responsável pela Pesquisa de Preços

Equipe de Trabalho de Licitações e Compras
Portaria SRRF01 nº 43, de 25 de maio de 2021

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 10265.168413/2025-08)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E
.....

A União, por intermédio do(a) Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, com sede no (a) Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Bloco O, 8º andar, sala 801, Edifício Órgãos Centrais do Ministério da Fazenda, Brasília – DF, CEP: 70.070 - 917, na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 10265.168413/2025-08 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns *continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal e do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, bem como do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para as unidades citadas*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDAD	VALOR UNITÁRIO (para fins de lançamento no sistema)	VALOR TOTAL PARA 24 MESES
1	1	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER 2771	Meses	24		
	2	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER 2771	Meses	24		
	3	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER 2771	Meses	24		
Valor total do G1 para 24 meses						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados do(a) **assinatura de Termo de Contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 dias*.

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

13.3. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

13.4. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2025

(em papel personalizado da empresa)

À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 1ª RF

Apresentamos proposta para a contratação de serviços comuns continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal e do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, bem como do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para as unidades citadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDADE	VALOR UNITÁRIO (para fins de lançamento no sistema)	VALOR TOTAL PARA 24 MESES
1	1	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado da Alfândega da Receita Federal em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER 2771	Meses	24		
	2	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER 2771	Meses	24		
	3	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado do Posto de Fiscalização de Fronteiras Esdras, em Corumbá/MS, com fornecimento de peças e materiais, emissão de laudos de análise da qualidade do ar e elaboração/atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). CATSER 2771	Meses	24		
Valor total do G1 para 24 meses						

Declaramos que:

De acordo com os procedimentos registrados na sessão pública do pregão eletrônico, propomos o preço total para 24 (vinte e quatro) meses de R\$ _____ (_____).



O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

O valor total proposto abrange TODOS os custos diretos e indiretos necessários para o atendimento do objeto desta licitação na forma da Lei, como materiais, equipamentos, maquinários, ferramentas, instalações, salários, adicionais, uniformes, equipamentos de segurança, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, treinamentos, transporte, garantia, direitos trabalhistas, seguros, infortunistica do trabalho, responsabilidade civil por danos, subcontratações e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ:
ENDEREÇO:		TEL.:
E-MAIL:		CEP:
CIDADE:	UF:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA		
NOME:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	UF:	CEP:
RG:	CPF:	
CARGO/FUNÇÃO:		

DADOS BANCÁRIOS

BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:

_____, de de 2025.



ANEXO IV

MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

Considerando a possibilidade ou necessidade de acesso a dados e informações de acesso restrito, sob guarda da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, em decorrência da efetiva prestação dos serviços contratados, inclusive o desenvolvimento, execução e entrega de ações, projetos, programas e produtos, ou, ainda, em decorrência de eventos acidentais, o (a) _____ (nome da pessoa física), _____ (cargo na empresa), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, prestador de serviços da Empresa _____ (denominação da empresa), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº _____, com sede em _____ (endereço completo, cidade, UF, país, CEP/ZIP Code), doravante denominado PRESTADOR compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, doravante denominado TERMO, que regulamenta suas RESPONSABILIDADES e o COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE DE DADOS E INFORMAÇÕES AOS QUAIS TENHA ACESSO, firmado perante a União, por meio da RFB, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para fins do disposto neste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Confidencialidade: propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada à pessoa, ao sistema, ao órgão ou à entidade não autorizados nem credenciados.

Dados: valores que transmitem informações, descrevendo quantidades, qualidades, fatos, estatísticas ou outras unidades básicas de significado, ou simplesmente sequências de símbolos que podem ser posteriormente interpretados.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação de acesso restrito: as informações:

I - classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas, na forma prevista na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);



II - definidas como pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e controladas pela RFB;

III - protegidas por sigilo fiscal, conforme previsto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN);

IV - previstas nas demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça e nas hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público; e

V - estratégicas, táticas, técnicas ou comerciais, vinculadas ou não ao objeto do serviço, das quais o sujeito venha a ter conhecimento, diretamente ou por terceiros, em razão do exercício de cargo, função ou emprego público ou da prestação de serviços, compreendendo, mas a eles não se limitando, o know-how, as especificações, os códigos-fonte, os relatórios, as compilações, as fórmulas, os desenhos, os modelos e as amostras.

DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO:

I - o compromisso do PRESTADOR com o tratamento aplicável aos dados e às informações de acesso restrito por ele recebidas no exercício das atribuições previstas no contrato de prestação de serviços ou, ainda, de forma acidental, bem como com a observância das normas de segurança da informação e privacidade; e

II - a declaração expressa de que o PRESTADOR conhece as regras relativas ao sigilo dos dados e informações sob a guarda da RFB e das respectivas penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis em caso de sua inobservância.

Este TERMO abrange todos os dados e informações, escritos, gravados ou verbalizados, por qualquer meio, tangíveis ou intangíveis, aos quais, diretamente ou por terceiros, o PRESTADOR venha a ter acesso, ou deles venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados.

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que, comprovadamente:

I - pertençam ao domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão de quem as detém; e



II - tenham sido recebidas de terceiros, estranhos ao objeto da atividade ou serviço, e que não sejam consideradas de acesso restrito.

Aplica-se a este TERMO a legislação relativa ao acesso à informação e à proteção de dados, considerando a necessidade eventual de acesso, processamento e tratamento de dados pessoais em nome da RFB.

DA NATUREZA

Este TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, e prevalece sobre quaisquer outros atos que contenham disposições contrárias a suas cláusulas.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

O PRESTADOR compromete-se a:

I - não disponibilizar ou revelar dados e informações de acesso restrito a terceiros, exceto: (i) por determinação judicial; (ii) a pessoas previamente autorizadas e signatárias de termo de confidencialidade; ou (iii) se expressamente autorizados por autoridade competente da RFB.

II - utilizar dados e informações de acesso restrito a que tiver acesso exclusivamente para as finalidades relacionadas à prestação de serviços à RFB.

III - tomar todas as medidas necessárias para prevenir e impedir a disponibilização ou revelação de dados e informações de acesso restrito a pessoas não autorizadas, bem como o extravio de quaisquer documentos que os contenham, devendo comunicar imediatamente a ocorrência de incidentes dessa natureza à autoridade competente da RFB, sem qualquer exclusão de sua responsabilidade.

IV - comunicar à autoridade competente da RFB, de forma expressa e imediata, o recebimento de ordem judicial ou administrativa que determine o fornecimento de dados ou informações de acesso restrito, antes de seu atendimento.

V - permanecer como fiel depositário dos dados e informações de acesso restrito objeto do presente TERMO.

VI - retornar imediatamente à autoridade competente da RFB os dados e informações em sua posse, bem como as cópias eventualmente existentes, quando requeridos.



VII - observar a Política de Segurança da Informação no âmbito da RFB, estabelecida pela Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, e demais normas relativas à segurança da informação, à privacidade e ao compartilhamento de dados.

VIII - não revelar ações, projetos, programas, produtos e soluções da RFB, nem falar em nome dela, em qualquer meio de comunicação, sem prévia autorização legal ou expressa da RFB.

IX - não ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais referentes aos artefatos e produtos decorrentes da prestação de serviço, incluindo códigos, documentação, modelos de dados e bases de dados.

DAS PENALIDADES

O uso ou disponibilização indevidos ou a revelação não autorizada de dados e informações protegidos por sigilo sujeitam o PRESTADOR à responsabilização pessoal, nos termos da legislação administrativa, civil e penal.

DA VIGÊNCIA

Este TERMO permanecerá em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado após o encerramento da prestação de serviços à RFB, resguardando-se, por prazo indeterminado, as obrigações de confidencialidade sobre os dados e informações de acesso restrito a que o PRESTADOR teve acesso.

DO FORO

Fica elegido o foro de Brasília - DF, onde está localizada a sede da RFB, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro.

ASSINATURAS

Por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO é assinado por:

Local e Data

Assinaturas

ANEXO V

MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) (Avaliação da qualidade dos serviços)

1. DO OBJETO

1.1 Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, estabelecendo indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de indicadores de qualidade: uso de EPI's, qualidade e quantidade dos materiais e equipamentos utilizados e qualidade dos serviços executados;

2.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas constantes neste IMR;

2.2.1 Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços;

2.2.2 A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço prestado com a qualidade contratada.

2.3 As tabelas seguintes apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

Indicador	Descrição	Forma de Verificação	Nota Máxima
Uso de EPI's e Apresentação Pessoal	Verificação do uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), apresentação com uniforme com identificação da empresa e crachá visível na altura do tronco.	Checklists de vistoria, relatórios fotográficos e relatórios da fiscalização.	Nota Máxima: 10 Faixa de Ajuste (descumprimento por ocorrência): 0 a 3 ocorrências = 10 pontos; 4 a 6 ocorrências = 8 pontos; 7 a 9 ocorrências = 6 pontos; 10 a 12 ocorrências = 4 pontos; 13 ou mais ocorrências = 0 pontos.
Qualidade e Quantidade dos Materiais e Peças Aplicadas	Verificação da conformidade, origem, compatibilidade e quantidade das peças e insumos utilizados nos serviços.	Notas fiscais, ordens de serviço, inspeções técnicas e relatórios da fiscalização.	Nota Máxima: 20 Faixa de Ajuste (descumprimento por ocorrência): 0 a 3 ocorrências = 20 pontos; 4 a 6 ocorrências = 16 pontos; 7 a 9 ocorrências = 12 pontos; 10 a 12 ocorrências = 8 pontos; 13 ou mais ocorrências = 0 pontos.
Execução do PMOC e Avaliação da Qualidade do Ar	Cumprimento do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), incluindo medições e análises da qualidade do ar.	Apresentação do PMOC atualizado, laudos semestrais e inspeções técnicas.	Nota Máxima: 30 Faixa de Ajuste (descumprimento por ocorrência): 0 a 3 ocorrências = 30 pontos; 4 a 6 ocorrências = 24 pontos; 7 a 9 ocorrências = 18 pontos; 10 a 12 ocorrências = 12 pontos; 13 ou mais ocorrências = 0 pontos.

Qualidade Técnica dos Serviços Prestados	Verificação da conformidade dos serviços executados com os padrões técnicos, prazos e exigências contratuais.	Vistorias da fiscalização, relatórios técnicos e manifestações dos usuários.	<p>Nota Máxima: 30</p> <p>Faixa de Ajuste (descumprimento por ocorrência):</p> <p>0 a 3 ocorrências = 30 pontos; 4 a 6 ocorrências = 24 pontos; 7 a 9 ocorrências = 18 pontos; 10 a 12 ocorrências = 12 pontos; 13 ou mais ocorrências = 0 pontos.</p>
Atendimento às Demandas Corretivas	Cumprimento dos prazos para atendimento às ordens de serviço corretivas e resolutividade dos chamados.	Registro de chamados, tempos de resposta e solução, e relatórios da fiscalização.	<p>Nota Máxima: 10</p> <p>Faixa de Ajuste (descumprimento por ocorrência):</p> <p>0 a 3 ocorrências = 10 pontos; 4 a 6 ocorrências = 8 pontos; 7 a 9 ocorrências = 6 pontos; 10 a 12 ocorrências = 4 pontos; 13 ou mais ocorrências = 0 pontos.</p>

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:
Pontuação total do serviço (X) = Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" + Pontos "Indicador 3"

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
X > 90 pontos	100% do valor previsto	1,00
80 < X < 90 pontos	90% do valor previsto	0,90
70 < X < 80 pontos	80% do valor previsto	0,80
60 < X < 70 pontos	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização e anotação no dossiê de fiscalização.	0,70
50 < X < 60 pontos	60% do valor previsto	0,60
X < 50 pontos	50% do valor previsto e rescisão contratual	0,50
Valor devido mensal =	[(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]	

ANEXO VI

Plano de Execução Inicial – Período Pré-PMOC (Avaliação da qualidade dos serviços)

1. Vigência do plano provisório

- Abrange o período da assinatura até a aprovação do PMOC (versão final), considerando:
 - a) entrega do PMOC – versão inicial em até 30 dias;
 - b) ajustes solicitados pela fiscalização e entrega da versão final em até 15 dias após a ciência, conforme já previsto no TR.

2. Escopo mínimo obrigatório nesse período

- **Preventivas provisórias** (rotinas essenciais padronizadas do TR): limpeza/inspeção de filtros, serpentinas e drenos, verificação de ligações elétricas e aterramento, inspeção visual de vazamentos, checagem de controles/termostatos e funcionamento básico, em todas as unidades em operação.
- **Corretivas sob demanda**, conforme criticidade definida pela fiscalização e com anuência prévia para substituição de peças, nos termos do TR.
- **Inventário técnico e diagnóstico inicial do parque (por unidade)**: identificação, localização, fabricante/modelo, capacidade, número de série, estado, pendências e matriz de criticidade.
- **Levantamentos e medições de base** necessários à elaboração do PMOC (parâmetros operacionais, ambientes, ocupação, pontos de tomada de amostra de Qualidade Ar Interna etc.).
- **Qualidade do Ar**: programação da primeira campanha de análise conforme o TR, podendo a coleta ocorrer já no período provisório se os pontos estiverem mapeados; o laudo observará os requisitos do TR e respectivas normas.

3. Prazos operacionais no período provisório

- **Atendimento corretivo crítico**: mobilização e presença no local em até 24 h.
- **Demais corretivas**: solução em até 72 h, salvo dependência de peça com prazo diverso expressamente autorizado pela fiscalização.
- **Peças**: pedido de substituição fundamentado (relatório até 12 h da constatação, conforme TR), com autorização prévia do fiscal e observância dos limites e critérios econômico-financeiros do TR.

4. Segurança, normas e meio ambiente

- Observância de NR-10 e NR-35, Portaria MS 3.523/1998, Lei 13.589/2018, Res. ANVISA 09/2003, CONAMA 340/2003 e demais normas aplicáveis; recolhimento/destinação ambientalmente adequada de fluidos e resíduos, conforme TR.

5. Registros e comunicação

- Uso de OS – Ordem de Serviços, checklists de preventiva provisória, relatório semanal de execução e plano de ação para pendências críticas; todas as evidências juntadas aos autos do contrato.
- Ciência da contratada quanto a que o plano provisório não substitui o PMOC e será absorvido por este após aprovação.

ANEXO VII

QUADRO OPERACIONAL DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

1. Finalidade e escopo

Consolidar **unidades de medida, periodicidades, IMR, evidências, critérios de aceite e forma de pagamento** dos serviços, **do período pré-PMOC e pós-PMOC**, em consonância com o TR (itens 5.1.2, 5.1.2.1, 5.4.1, 5.4.4, 5.4.6 e 9.2.1) e com o Anexo “Plano de Execução Inicial – Período Pré-PMOC”.

2. Integração e vigência

Este Anexo integra o instrumento convocatório/contrato. Ajustes motivados serão formalizados por apostilamento/termo aditivo, sem prejuízo do equilíbrio econômico-financeiro.

3. Tabela A — Macro etapas, medição e pagamento

Cód.	Macro etapa/Item	Unidade	Periodicidade	IMR	Evidências para medição/aceite	Critério de pagamento	Responsáveis	Observações
A1	Atendimento corretivo crítico (mobilização)	OS atendida	Sob demanda	≤ 24 h (IMR-A1 ≥ 95%)	OS com data/hora, registro fotográfico, identificação do equipamento e técnico	Valor unitário MÁXIMO (Anexo III-A / TR 9.2.1)	Contratada / Fiscal	Sem OS válida e aceite não há medição.
A2	Solução corretiva sem peça	OS concluída	Sob demanda	≤ 72 h (IMR-A2 ≥ 90%)	OS + relatório técnico (conteúdo mínimo TR 5.4.4)	Valor unitário MÁXIMO	Contratada / Fiscal	Atrasos: glosa conforme TR.
A3	Substituição com peça listada	Unidade instalada	Sob demanda	≤ 3 dias úteis após anuência (IMR-A3 ≥ 95%)	OS + relatório técnico + NF	Valor unitário contratado (planilha homologada)	Contratada / Fiscal	Desconto mínimo já integra o valor contratado.
A4	Substituição com peça não listada	Unidade instalada	Sob demanda	Conforme TR/OS após autorização	OS + anuência prévia do Fiscal + fontes art. 23 §2º + NF	Menor preço-base (art. 23 §2º) – desconto MÍNIMO + BDI; limitado ao teto global de 15%	Contratada / Fiscal	Execução condicionada ao teto e à anuência prévia.
P1	Preventiva (pré-PMOC: rotinas essenciais)	Visita/unidade	Mín. 1x/mês por unidade	Conforme Anexo Pré-PMOC	Checklists, fotos, OS consolidada	Valor unitário MÁXIMO	Contratada / Fiscal	Reprogramação justificada c/ anuência.

Cód.	Macro etapa/ Item	Unidade	Periodicidade	IMR	Evidências medição/aceite para	Critério de pagamento	Responsáveis	Observações
P2	Preventiva (pós- PMOC)	Unidade/visita	Conforme PMOC	Conforme PMOC	Checklists PMOC, logs, OS	Valor unitário MÁXIMO	Contratada / Fiscal	PMOC rege periodicidades.
Q1	Laudo de Qualidade do Ar (QAI)	Laudo/unidade	Semestral	Emissão ≤ 10 dias úteis após coleta (IMR-Q1=100%)	Laudo assinado + ART/TRT + relat. laboratoriais	Valor unitário MÁXIMO	Contratada / Fiscal	Subcontratação permitida; resp. integral da contratada.
M1	PMOC – Entrega inicial	PMOC/unidade	D+30	Entrega D+30; ajustes D+15	PMOC assinado + ART/TRT	Valor unitário MÁXIMO	Contratada / Fiscal	Versão final após ajustes.
M2	PMOC – Atualizações	Alteração aprovada	Quando necessário	Conforme determinação do Fiscal	Versão revisada + ART/TRT	Valor unitário MÁXIMO (se previsto)	Contratada / Fiscal	Quando aplicável.
I1	Instalação de equipamento	Unidade	Sob demanda	Conforme TR/OS	OS + comissionamento + fotos	Valor unitário MÁXIMO (por faixa)	Contratada / Fiscal	Inclui materiais de consumo (TR 5.5.1).
D1	Desinstalação de equipamento	Unidade	Sob demanda	Conforme TR/OS	OS + fotos	Valor unitário MÁXIMO (por faixa)	Contratada / Fiscal	—

Notas:

(i) “Valor unitário MÁXIMO” conforme TR 9.2.1 e Planilha (Anexo III-A).

(ii) Peças não listadas: anuência prévia + art. 23 §2º + **desconto MÍNIMO** + **BDI** + teto global **15%** (base: soma peças listadas/24 meses).

(iii) Todos os valores incluem custos diretos/indiretos, tributos e fretes, **sem ônus adicional**.

4. Fechamento de medição (remissão ao TR)

O período de medição, os prazos para entrega de evidências e os prazos para validação pela fiscalização obedecerão integralmente ao que dispõe o TR na Seção “Medição e Pagamento” ([indicar subitem exato do TR]).

Para fins de rastreabilidade, a planilha de medição mensal deverá discriminar: OS/itens medidos, SLAs/IMR atendidos, glosas e justificativas, conforme TR.

Modelo de quadro de controle (referencial):

Competência	Prazos de entrega/validação (conforme TR [subitem])	IMR apurados	Glosas	Observações da Fiscalização
mm/aaaa	Entrega: [TR] • Validação: [TR]	A1 [..]% • A2 [..]% • A3 [..]% • P1 [..]% • Q1 [..]% • M1/M2 [..]%	[listar]	[registrar]

5. Regras operacionais complementares

- 5.1. OS e rastreabilidade — Todas as demandas sob OS com nº único, data/hora, local, identificação do equipamento e registros fotográficos quando aplicável.
- 5.2. Peças não listadas — Execução condicionada à anuência prévia do Fiscal e às fontes do art. 23 §2º; aplicação do desconto mínimo + BDI; observância do teto 15%.
- 5.3. Evidências mínimas —
- Corretivas/instalações/desinstalações: OS + relatório técnico (TR 5.4.4) + fotos;
 - Peças: OS + anuência (não listadas) + NF + memória do preço-base (art. 23 §2º) e aplicação do desconto mínimo/BDI;
 - PMOC: PMOC assinado + ART/TRT (entrega/atualização);
 - QAI: laudo assinado + ART/TRT + relatórios laboratoriais.
- 5.4. Aceite e glosas — Condicionados ao cumprimento dos SLAs/IMR e conformidade técnica; itens fora dos prazos/qualidade: não medição/glosa, nos termos do TR e contrato.
- 5.5. Integração com o PMOC — Após aprovação, as preventivas seguem o PMOC, sem prejuízo das exigências mínimas do TR.

6. Glossário (síntese)

IMR: Índices de Mensuração de Resultados (metas mínimas).

OS: Ordem de Serviço.

Peças listadas: itens constantes da Planilha homologada (valores unitários contratados).

Peças não listadas: itens não constantes da Planilha; formação de preço conforme art. 23, §2º + **desconto mínimo + BDI; teto global 15%.**

Valor unitário máximo: teto por serviço sob demanda (TR 9.3.2 e Anexo III-A).